

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA**
2 **ATA DA 327ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE**
3 **LONDRINA**

4 Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, em reunião virtual às
5 treze horas e trinta minutos, após a constatação do quórum necessário, reuniram-se
6 os membros do Conselho Municipal de Saúde de Londrina para a sua 327ª Reunião
7 Ordinária. O presidente do conselho Laurito Porto de Lira Filho (SEEB) abre os
8 trabalhos com a leitura da pauta da reunião: *1. Análise e Aprovação da Pauta da*
9 *327ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação da Ata da 326ª da Reunião Ordinária do*
10 *Conselho Municipal de Saúde e da Ata da Reunião Extraordinária do Dia 27/07/2021;*
11 *2. Apresentação e Aprovação de Recurso para Emenda da Urgência e Emergência-*
12 *Cleiton Santana;*3. *Apresentação de Manifesto e Parecer da CISTT;*4. *Demandas Dos*
13 *Conselheiros/Comissões;*5. *Apresentação/Relato–Utilização Dos Recursos Destinados*
14 *Ao Programa de Residência Médica da SMS;*6. *Recomposição das Comissões Do*
15 *CMS;*7. *Apresentação do Cronograma de Licitações de Obras Da Saúde;*8. *Informes.*
16 Laurito abre oportunidade para pedidos de alteração na pauta apresentada. A
17 conselheira Juvira Barbosa Cordeiro (ALSM) informa que tem um pedido de correção
18 na ata da reunião extraordinária. O presidente Laurito Porto De Lira Filho responde
19 que a discussão no momento é a pauta e não a ata. O conselheiro Luiz Soares Koury
20 (Hoftalon) solicita a inclusão de dois pontos de pauta: *Discussão Sobre o*
21 *MASTERPLAN e Discussão Sobre Pendência do CMS De Moção Para o MS*
22 *Reclamando da Defasagem do Teto do FMS De Londrina.* O conselheiro Edvaldo
23 Viana (Conleste) solicita a retirada da pauta da discussão sobre retorno das reuniões
24 presenciais do CMS a partir de setembro. A conselheira Vaine Pizolotto diz que no
25 tocante ao item “Recomposição das Comissões”, informou que estaria se desligando
26 de duas comissões, mas ainda está sob análise se é possível sua participação pelo
27 CONEP em mais de duas comissões de ética e pesquisa simultaneamente, logo,
28 gostaria de retirar esta recomposição de ética da UNIFIL. A conselheira Joelma
29 Carvalho (17ªRS) pede inclusão de ponto de pauta sobre falecimento de paciente da
30 UPA Sabará. O conselheiro Jurandir Rosa (Sindnapi) pede inclusão de ponto de
31 pauta sobre a vacinação no Centro De Idosos da Zona Norte. O conselheiro João
32 Victor solicita inversão de pauta para que seu assunto fique para o final. O
33 conselheiro Edvaldo Viana solicita ofício em agradecimento ao CES por não ter
34 aprovado que a FUNEAS assuma a administração em hospitais no Paraná. O
35 conselheiro Lincoln Ramos propõe que o CMS faça uma resolução contrária a que
36 FUNEAS assuma a administração do HZS e HZN, pois a informação é que, mesmo
37 com a negativa do CES, a FUNEAS vai assumir os hospitais até o fim do ano. O
38 conselheiro Edvaldo Viana diz que informações sugerem que a FUNEAS vai assumir
39 estes hospitais a partir do dia 01 de outubro. Edvaldo Viana retira sua proposta. Não
40 havendo mais manifestações, o CMS aprova a pauta com as alterações propostas.
41 Na sequência passa-se a discutir as atas da 326ª RO e reunião extraordinária do dia
42 27/07/2021. A conselheira Juvira Barbosa Cordeiro pede para que na linha 26 da ata
43 da reunião extraordinária seja acrescentado a frase “no grupo de WhatsApp no
44 segmento de usuários”. O presidente Laurito Porto Filho diz que a secretaria do
45 conselho irá checar o áudio da reunião e fazer a correção caso seja pertinente. O
46 presidente Laurito Porto informa que a mesa executiva solicita a ata com a posição da
47 entidade a respeito da montagem da chapa. A conselheira Juvira Cordeiro pede que o
48 conselho faça um ofício a entidade solicitando este documento. Não havendo mais
49 apontamentos, as atas são aprovadas pelo CMS. Os conselheiros Luiz Koury e João
50 Martins, pedem abstenção por não terem participado das reuniões. Seguindo os

51 trabalhos é passado ao ponto de pauta *Apresentação de Recurso para Emenda da*
52 *Urgência e Emergência*. O servidor Cleiton Santana (SMS/DUES) inicia a seguinte
53 apresentação: *A Secretaria Municipal de Saúde cadastrou proposta de captação de*
54 *recursos federais, via emenda parlamentar (Deputado Federal Diego Garcia),*
55 *destinados à aquisição de equipamentos para o Pronto Atendimento Infantil PAI -*
56 *Proposta de Aquisição de Equipamentos nº 11323 261000 1200 04 com recursos*
57 *federais no valor de R\$199.999,00 - A proposta foi habilitada pelo Ministério da Saúde*
58 *através da publicação da Portaria nº 1 339 de 19 05 2020- Os recursos federais foram*
59 *depositados ao município somente em 18/06/2021. O Ministério da Saúde abre*
60 *possibilidade de alteração de itens das propostas de captação de recursos federais*
61 *para aquisição de equipamentos através de Resolução da Comissão Intergestores*
62 *Tripartite CIT, a Resolução CIT nº 22 de 27 de julho de 2017. Após a emissão da*
63 *Deliberação da CIR e da CIB, o município poderá utilizar os recursos para aquisição*
64 *de nova lista de equipamentos selecionada. O conselheiro João Batista (CRP)*
65 *questiona qual seria a configuração do “computador avançado” na lista de aquisição.*
66 *Cleiton Santana responde que é preciso entrar em um site do Ministério da Saúde e lá*
67 *consta uma lista com computadores básicos, médios e avançados, como são*
68 *computadores para a central de regulação, ele precisa ter um software mais*
69 *adequado e já com programação do office, os básicos não vem e tem algumas*
70 *limitações, além da capacidade de memória, então é essa a diferença, inclusive os*
71 *valores apresentados são os mesmos que constam no site do MS onde se pode optar*
72 *por qual é o item desejado. O conselheiro João Batista (CRP) questiona que os*
73 *valores apresentados parecer superfaturados. Cleiton Santana que estes são valores*
74 *referencia do Ministério da Saúde a nível federal. O setor de compras da SMS faz um*
75 *orçamento desses itens e aí se chega a um preço mínimo, médio ou máximo para*
76 *formação do pregão eletrônico, então não se trata ainda do valor final e sim do*
77 *disponível a nível federal. O conselheiro João Batista (CRP) pergunta se não há*
78 *impedimento junto ao MS no fato do município transferir a aplicação do recurso do*
79 *PAI para o SAMU. Cleiton esclarece que não há nenhum problema, o recurso chegou*
80 *depois de adquirido os dispositivos para o pronto atendimento infantil, então não há*
81 *problema desde que se utilize o recurso para comprar os itens disponíveis no site do*
82 *MS. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta “Apresentação de Manifesto*
83 *e Parecer da CISTT”.* O presidente Laurito Porto de Lira Filho diz que a CISTT
84 recebeu um pedido do Sindprevs para análise de um manifesto, o qual já foi
85 encaminhado no ultimo dia 10 para ciência dos conselheiros, o qual fala sobre os
86 retrocessos que estão sendo produzidos na saúde do trabalhador com o desmonte
87 que está sendo feito na questão dos médicos não estarem mais atuar , já que a
88 questão está sendo repassada para técnicos, ou até mesmo para outras pessoas
89 que estão dentro do INSS, para fazer a recondução do trabalhador de volta a
90 atividade laborativa de acordo com as suas condições de saúde apresentadas no
91 momento. Outro ponto é que todas as implicações desta situação estão bem
92 colocadas no manifesto, o qual pede no fim o apoio ao manifesto com a assinatura do
93 conselho. A CISTT fez uma reunião, debateu o documento, e, diante de todos
94 expostos técnicos colocados pelo Sindprevs-PR, se mostra favorável que o CMS
95 Londrina assine o manifesto, uma vez que há um prejuízo enorme a saúde dos
96 trabalhadores e haverá um impacto enorme em um sistema já sobrecarregado. O
97 conselho aprova a assinatura do manifesto apresentado. Seguindo os trabalhos
98 passa-se ao ponto de pauta “Demanda Dos Conselheiros/Comissões”. O conselheiro
99 Luiz Koury (Hoftalon) faz uso da palavra e informa que no tocante ao chamado
100 Masterplan, não sabe se o CMS está ciente, mas há alguns meses a PML contratou
101 uma empresa para coordenar um trabalho de planejamento a médio e longo prazo em

102 várias áreas da cidade, uma delas a da saúde. Este trabalho já está bem avançado e
103 tem inúmeras propostas que estão sendo refinadas com prazos até o fim deste mês,
104 então gostaria de saber se o conselho foi convidado a participar disso ou alguém do
105 conselho participa, já que várias entidades da cidade foram convidadas. O
106 conselheiro Lincoln Ramos esclarece que o conselho não recebeu nenhum convite da
107 entidade ou da gestão para participar desta atividade, apenas a conselheira Ester que
108 é da UEL avisou por WhatsApp que este trabalho estava acontecendo e enviou o
109 esboço das primeiras propostas frutos deste trabalho, inclusive uma destas propostas
110 falava sobre uma série de reuniões e que todos os segmentos seriam convidados a
111 participar, algo que até o momento não se estendeu ao conselho. O conselheiro Luiz
112 Koury se mostra preocupado com isso, pois uma das áreas discutidas é a saúde, que
113 alias conta com pilares como facilitar o acesso a assistência, diminuir a violência
114 urbana, estimular atividades esportivas e culturais, entre outros, sendo que estes
115 pilares já estão sendo desdobrados em propostas e tarefas que serão escolhidas por
116 um comitê, dentro deste detalhamento há, por exemplo, proposta de uma estrutura na
117 zona leste, mas não tem nada específico do que seria esta estrutura exatamente,
118 inclusive a proposta que fez em uma reunião hoje mais cedo foi de uma pronto
119 socorro municipal na cidade, pois isso passa longe da maioria da população, mas
120 quem trabalha em hospitais ou famílias que tem entes nestes pronto socorros atuais
121 superlotados, sabem que por mais que os hospitais se esforcem para dar um
122 atendimento adequado isso tem um limite, várias outras cidades tem pronto socorros
123 municipais e bem aparelhados, que dão este primeiro atendimento para estabilizar o
124 paciente e depois transferir para um hospital de retaguarda. Koury finaliza dizendo
125 que o conselho tem de tentar participar destas discussões do Masterplan, mas pode
126 repassar para o conselho as informações que já estão planilhadas, mas para se ter
127 uma ideia já são 40 páginas de propostas. O presidente Laurito
128 Porto Filho diz que , salvo engano, o Masterplan está sendo discutido apenas pelo
129 setor empresarial da cidade, não foi aberto para outros segmentos, tanto que na
130 pauta de emprego, trabalho e renda, os sindicatos não foram chamados para discutir
131 o tema, então gostaria que o Drº Koury encaminhasse este documento e que o
132 conselho mande um ofício a quem está conduzindo estes trabalhos, solicitando uma
133 vaga para participar desta discussão. O conselheiro Edvaldo Viana pergunta se o Drº
134 Koury já sabe do que se trata de fato este Masterplan, se é algo apenas dos
135 empresários, se isso envolve ou não dinheiro público, ou seja, saber se o CMS vai ter
136 direito ou não de participar das discussões. O conselheiro Luiz Koury responde que
137 “Masterplan” é o nome que foi dado a um projeto de planejamento a médio e longo
138 prazo para a cidade de Londrina, não sabe ao certo quem financia isso, o que sabe é
139 que foi contratada uma empresa de consultoria, foram juntadas várias áreas da
140 cidade que haviam sido pré-identificadas como de importância econômica para a
141 cidade, sendo que estas áreas estão reunindo as entidades para discussão de
142 propostas neste plano, mas o ponto é que como uma das áreas discutidas é a saúde,
143 seria pertinente o CMS participar. Rosilene Machado (SMS) explica que empresas de
144 consultoria participaram de uma licitação de um projeto chamado “Masterplan”, o que
145 se trata de um planejamento estratégico de 20 anos para Londrina, o edital, salvo
146 engano, foi aberto em 2019. As discussões já estão ocorrendo e o secretário Felipe
147 Machado é o titular da área da saúde, mas também tem acompanhado as reuniões
148 virtuais e já passou para eles algumas coisas como o PMS, o Planejamento Regional
149 Integrado, o recurso do FMS, a referencia de Londrina, eles já responderam que
150 analisaram o relatório e querem marcar uma reunião para conversar, então até
151 participar virtualmente e dá sugestões, porém é a empresa que está fazendo toda
152 esta parte de consultoria. Rosilene diz ainda que já participou de 3 reuniões, na

153 primeira eles fizeram uma pesquisa em Londrina, depois disso eles pesquisaram os
154 municípios que tem propostas para certas áreas e entender o que estava sendo para
155 melhorar certos setores, e ai criou-se alguns objetivos que foram os temas citados
156 pelo Drº Koury, depois disso eles pegaram as demandas do PPA, a demanda da
157 região oeste, por exemplo, saiu do PPA, então não está definido que tipo de serviço,
158 mas na discussão pode ir explicando para eles as necessidades, mas nada ainda foi
159 definido, trata-se de um trabalho em construção, mas pode conversar com o
160 representante da empresa sobre esta conversar com o conselho ou em que momento
161 o conselho pode participar, pois alguns temas tem de ter a participação da sociedade
162 civil. O conselheiro Lincoln Ramos e Silva diz que a licitação citada foi feita pela PML,
163 então quem está pagando a empresa é a prefeitura de Londrina. O conselheiro João
164 Batista questiona se as deliberações dos conselhos municipais em conferências serão
165 objeto de discussão ou acolhimento neste Masterplan. O conselheiro Luiz Koury diz
166 que não sabe quantas pessoas estão participando da saúde, mas do conselho só tem
167 ele e o Drº Fahd formulando propostas, não na comissão que escolherá duas
168 propostas de cada área para levar adiante, como são muitas propostas a questão da
169 conferencia não está sendo pesada não até onde sabe, são propostas levadas pelos
170 membros, não a formalização de se procurar propostas do conselho ou de
171 conferencias, e mesmo assim parece que serão priorizadas somente duas propostas
172 de cada área. Rosilene Machado diz que está participando e levando as demandas do
173 PMS que são demandas da conferência e as demandas do plano regional, já o
174 envolvimento do Drº Fahd e do Drº Koury foi representando o grupo SALUS. Outro
175 ponto é que certo dia foi discutido um objetivo específico que é de melhoria da
176 tecnologia de saúde, mas naquele dia o senhor João que representava o grupo não
177 estava participando, então foi explicado aos presentes que o grupo participante não
178 tinha muitas condições de contribuir e que isso deveria ser feito posteriormente. O
179 conselheiro Lincoln Ramos e Silva diz que encaminhou um link do Masterplan para
180 ser distribuído pela secretária Sandra Bavia, pelo qual é possível acessar o que o
181 trabalho que Masterplan já fez e o que eles pretendem fazer. O presidente Laurito
182 Porto Filho mantém sua proposta para encaminhamento de ofício para a gestão
183 solicitando esclarecimentos sobre o grupo, documentos já produzidos e uma vaga
184 para o CMS no Masterplan, uma vez que envolve dinheiro público e vários temas
185 importantes para a cidade estão sendo discutidos. O CMS aprova a proposta de
186 forma unânime. Seguindo com os trabalhos, o presidente Laurito De Porto Filho
187 informa que há um pedido do Drº Koury sobre a atualização dos valores do FMS.
188 Laurito explica que essa questão foi demandada a Comissão De Orçamento E
189 Finanças, mas, diante das tarefas da comissão, ainda não foi possível terminar o
190 levantamento, assim que este trabalho foi finalizado será possível montar a comissão
191 para conversar com todos os segmentos políticos para fazer esta interlocução junto
192 ao MS. O conselheiro Lincoln Ramos coloca que a comissão de finanças divide suas
193 tarefas, sendo que para esta o Drº Fahd ficou responsável por articular com a gestão
194 o levantamento dos dados necessários. O conselheiro Luiz Koury diz que a gestão
195 apresenta em todas as reuniões uma planilha dos serviços prestados, o que foi e o
196 que não foi pago por falta de recurso, então não entende o que mais a gestão tem de
197 apresentar, logo, sua preocupação é que isso foi proposta em fevereiro, em abril o
198 conselheiro João Martins já cobrou essa questão, e já são 6 meses esperando por
199 isso. O conselheiro Lincoln Ramos diz que foi deliberado que além dos dados que a
200 gestão apresenta todos mês, as pessoas ficaram de fazer um levantamento daquilo
201 que já foi feito para resolver o problema e propor algo a mais para fazer para ajudar a
202 resolver a questão, lembra inclusive que o Drº Fahd falou sobre a importância de
203 talvez buscar a ajuda dos deputados federais. O conselheiro João Martins diz que

204 além de buscar a ajuda de políticos que representam a região, o conselho decidiu que
205 iria de manifestar sobre isso, mas o conselho não precisa esperar uma análise
206 profunda do que está acontecendo, pois o que está ocorrendo é que o MS não está
207 pagando e isso está aumentando cada vez mais, então o que se pode fazer é
208 pressionar, mandar correspondências, se manifestar, se articular, as coisas não são
209 incompatíveis umas com as outras, é preciso fazer uma articulação com o estado e
210 outros entes, dar visibilidade para este problema, pois é um tema que afeta a todos. O
211 conselheiro Lincoln Ramos diz que entende a fala do conselheiro, mas é preciso levar
212 em questão que não é tão simples, se for analisar como o sistema funciona, desde
213 que voltou ao conselho está sendo colocado como ressalva na prestação de contas a
214 questão da priorização da atenção básica, isso porque se houver uma atuação mais
215 forte e resolutiva na atenção primária isso irá consequentemente desafogar os demais
216 setores. O presidente Laurito De Porto Filho afirma que a Comissão de Orçamento e
217 Finanças está trabalhando para trazer os dados para construção do que o CMS vai
218 fazer, então nada está parado ou sendo feito por meio de um debate vazio, o grande
219 problema talvez seja a falta de conselheiros nas comissões, algo que afeta também a
220 comissão de finanças, a qual tem um trabalho que demanda bastante tempo. O
221 conselheiro Edvaldo Viana diz que também não é qualquer pessoa que está apta a
222 fazer este trabalho, pois trata-se de um trabalho longo e complexo na comissão de
223 finanças. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta "*Ofício da Senhora*
224 *Aparecida Pereira da Silva*". Laurito faz a leitura do ofício: A conselheira Joelma
225 Carvalho coloca que foi sua tia que protocolou este ofício no CMS. Joelma diz que é
226 função do conselho fiscalizar, debater, como sempre foi feito, quando se debatia,
227 levava questões para grupos, fazia discussões com os hospitais, e é preciso retomar
228 isso, pois não é brincadeira isso que aconteceu, estes fatos vem acontecendo com
229 outras famílias e não quer que isso ocorra com mais ninguém, existe toda uma rede
230 organizada de saúde de urgência e emergência no município, a atenção primária está
231 esquecida em Londrina e tudo está sendo colocado em cima da urgência e
232 emergência, aí nem ela funcionar num momento como este, onde a família está
233 pedindo atendimento, está encaminhando para atendimento, ele até poderia ter
234 chegado a óbito, mas não por falta de atendimento, isso de forma nenhuma poderia
235 ter acontecido, então isso precisa ser debatido, onde é que estão errando e onde está
236 sendo feito planejamento de gestão de forma errada e perdendo assim várias vidas,
237 pois esta não foi a primeira e sim a primeira que teve conhecimento, quantos outros
238 que não sabem e não conhecem a rede e tem medo de falar alguma coisa, ou não
239 sabe se colocar, os quais muitas vezes o conselho nem sabe que morreu por falta de
240 atendimento, então por isso trouxe isso ao conselho porque isso precisa debater isso
241 porque é o principal responsável pela fiscalização e proposição dentro da saúde do
242 município, para que assim não se perca mais vidas como a do seu sobrinho Tiago de
243 apenas 31 anos, pois será que uma pessoa de 31 anos não pode enfartar, será que
244 isso só ocorrem em pessoas mais velhas, sendo que jovens estão sim enfartando,
245 crianças de 9 anos estão enfartando, adolescentes, e como é que pode fazerem
246 então uma triagem como a que foi feita no caso do Tiago, onde falaram que era covid
247 e o mandaram para outro lugar e ai não deu tempo de ser atendido na outra UPA,
248 pois era tarde demais, isso deve servir de reflexão, mas também para tomada de
249 decisões para que isso não ocorra mais, pois temos uma saúde que se diz toda
250 estruturada em Londrina, então não se pode admitir este tipo de falha de forma
251 alguma. O presidente Laurito Porto presta toda solidariedade à família da conselheira
252 Joelma Carvalho. O conselheiro Ângelo Barreiros diz que mais uma vez a atenção
253 básica deixou de atender a população, isso já foi relatado em reuniões anteriores e a
254 Dr^a Valéria veio aqui fazer uma explicação, então é preciso ficar alerta porque a

255 atenção básica de Londrina não está funcionando, assim sendo, porque mandar
256 dinheiro para atenção básica se o serviço não está sendo prestado, isso a gestão tem
257 de explicar ao CMS, pois já foi testemunha disso e relatou o problema ao conselho, é
258 inadmissível a UBS mandar um paciente para atendimento na UPA, a UBS é a
259 entrada do SUS e ali é que deve acontecer o primeiro atendimento, será que a gestão
260 não está vendo isso, pois é revoltante saber que existe dinheiro e profissionais e o
261 atendimento devido não está sendo feito, o conselho precisa se unir para evitar este
262 desmanche do SUS que está acontecendo e este tipo de situação relatada não ocorra
263 com mais ninguém. O conselheiro Lincoln Ramos presta sua solidariedade à família
264 da Joelma e diz que é muito triste presenciar um depoimento como este no CMS, a
265 gestão tem de apurar o que aconteceu e trazer respostas sobre o ocorrido, o papel do
266 conselho é cobrar isso e também como a gestão corrigiu o problema para que não
267 volte a acontecer. O conselheiro Luiz Koury diz que este caso não pode ser atribuído
268 a atenção básica, pois ocorreu de madrugada, o primeiro atendimento ou a passagem
269 do paciente foi pelo HZS, então não há nada a atribuir a atenção básica neste caso
270 específico, trata-se de um atendimento de ordem hospitalar, uma pessoa passando
271 mal e que pela descrição da carta, provavelmente foi um infarto agudo do miocárdio
272 ou uma embolia pulmonar, infelizmente é uma época onde as pessoas acham que só
273 existe covid no mundo, elas não estão mais pensando nas outras doenças que
274 continuam existindo, isso é algo preocupante, se este paciente tivesse feito pelo
275 menos um eletrocardiograma, talvez pudesse ter um diagnóstico e terem sido
276 tomadas medidas de remoção ou não para um hospital terciário onde ele pudesse ter
277 sido atendido por um serviço de cardiologia, logo, compreende a necessidade de
278 melhorar a atenção básica, mas não se pode prescindir dos hospitais e achar que
279 uma coisa é mais importante que a outra, pois os pacientes que demandam os
280 hospitais não são somente aqueles que deixaram de ter diabetes ou a pressão arterial
281 controlada lá na UBS, são um grande número de acidentados, são vítimas de
282 violência, vítimas de patologias como a do caso em questão. Koury finaliza se
283 solidarizando com a família da conselheira Joelma e questiona se o IML esclareceu
284 qual foi a causa da morte. O presidente Laurito Porto Filho responde que o IML
285 colocou como “causas naturais”, já a UPA colocou como “causa indeterminada”. O
286 conselheiro Luiz Koury diz que é lamentável que o IML emita um laudo com esse
287 termo, é um sinal de que não foi feito necropsia, não é possível que um institui de
288 identificação de óbito de um laudo deste tipo. O presidente Laurito Porto Filho afirma
289 que se trata nitidamente de falta de respeito a protocolos, todos sabem que no serviço
290 de saúde existe protocolo para tudo, então como que não se respeita um protocolo de
291 atendimento, como se abre mão e fica empurrando o paciente para outro lugar,
292 parece que hoje chegou com alguma coisa já é covid e abre mão do resto, mas existe
293 protocolo diante de cada sintomatologia, aí causa mais preocupação ainda porque o
294 hospital citado é um dos que a FUNEAS vai começar a administrar a partir de outubro,
295 sendo que aí vai passar a ser por regulação e nem mais por livre demanda, então
296 como vai ficar o atendimento se ninguém observar protocolos, pois claramente não foi
297 respeitado o protocolo de atendimento no hospital do estado, nem na UPA e nem no
298 IML, e depois ainda na solicitação de laudo para a UPA houve demora para prestar as
299 informações necessárias, ou seja, muitos erros aconteceram, e sabe dos problemas
300 do serviço público como o da falta de pessoal, mas não pode passar a mão na cabeça
301 se a pessoa não sabe o que está fazendo lá, parece que as pessoas estão ali e não
302 estão sabendo o que estão fazendo em seu trabalho, isso porque a gestão municipal
303 e estadual já apresentaram várias vezes os cursos, treinamentos e reciclagens que
304 promovem, então, diante do que foi colocado, entende que o conselho deve
305 encaminhar ofícios solicitando esclarecimentos e providências ao estado e município

306 do que foi feito de errado e o que vão fazer para corrigir isso. O conselheiro Luiz
307 Koury afirma se tratar de uma completa inversão de fluxo, o paciente foi num pronto
308 socorro de um hospital e depois encaminhado para uma UPA, até onde sabe o fluxo é
309 exatamente o contrário, então fica difícil de entender. O presidente Laurito Porto Filho
310 demonstra novamente sua preocupação de como ficara o atendimento no HZS depois
311 que o mesmo passar a ser administrado pela FUNEAS, acabar a busca livre e tudo
312 passar a ser regulado. A diretora Rosilene Machado relata que no dia a conselheira
313 Joelma entrou em contato e quando foi conversar com o Cleiton ele disse que já
314 estava tudo resolvido desde as 8h00 da manhã, que tinha pedido para fazer o
315 atestado de óbito e estava resolvido, aí questionou a ele que era para ver novamente
316 porque tinha alguma coisa acontecendo, pois a Joelma tinha falado que infelizmente
317 eles estava no IML, então tinha dito a Joelma que o diretor tinha dado um comando e
318 isso não tinha sido seguido, infelizmente quando a Joelma ligou ele já tinha ido a
319 óbito. Rosilene prossegue e diz que é preciso separar o que aconteceu neste caso
320 com a atenção básica, pois era uma situação de urgência e que precisa de
321 investigação para ver o que de fato aconteceu, e quando falam de que a atenção
322 básica não funciona e para que UBS bonita, a seu ver isso é misturar demais as
323 coisas e isso é muito ruim, pois boas estruturas também são necessárias, assim como
324 bons profissionais, mas claro que é preciso resgatar algumas coisas da atenção
325 básica e isso a gestão sempre concordou, pois o desejo da gestão é tornar a atenção
326 básica cada vez mais forte e cada vez mais resolutiva, então talvez é a forma como
327 se coloca algumas coisas, e não está falando do caso da Joelma porque é um óbito
328 de um ente querido dela, um rapaz jovem e uma situação difícil onde ele teve
329 dificuldade no atendimento, mas está falando que a atenção básica presta bastante
330 atendimentos a população e isso não se pode negar, ela tem problemas, mas faz
331 atendimento, tanto que se hoje ela fosse fechada muita coisa deixaria de ser
332 fornecida para a população. Cleiton Santana (DUES) diz que toda equipe da SMS se
333 solidariza com a família do Tiago, foi feito um levantamento prévio de algumas
334 informações do que ocorreu a partir do momento que o Tiago passou pela UPA
335 Centro Oeste. Ele passou pela classificação de risco as 04h30 do dia 09 com alguns
336 sinais e sintomas sugestivos que poderiam ser de síndrome respiratória, infelizmente
337 não vão ter o diagnóstico preciso dessa situação, mas como a UPA Centro Oeste não
338 dispõe de dispositivos para confirmação diagnóstica de síndromes respiratórias, ele
339 acabou sendo encaminhado para a UPA Sabará, mas quando ele chegou lá ele teve
340 uma síncope que evoluiu para uma parada cardiorrespiratória, onde foi feito as
341 manobras de reanimação e que evoluiu a óbito as 06h30 mais ou menos. Neste
342 momento, por se tratar de um óbito de um paciente jovem e que não tinha uma causa
343 bem definida, que não tinha outro dados como uma eletrocardiograma, foi solicitado a
344 verificação de óbito, mas a regional de Londrina não dispõe de serviço de verificação
345 de óbito, e quando ocorre desta forma é feito um boletim de ocorrência para ser feito
346 a investigação, o IML, se não for morte por causa externa, não recebe o corpo para
347 investigação, então foi acionado a polícia, foi feito um boletim de ocorrência e o corpo
348 foi encaminhado para o IML, e foi neste momento que disse para a Rosilene que tudo
349 estava resolvido, pois tinha entendido que a partir do momento que o corpo foi
350 encaminhado para o IML ele faria a investigação do óbito e a declaração, porém, eles
351 fizeram uma declaração de que a causa da morte era natural e devolveram o corpo
352 para a ACESF, neste momento é que ficou sabendo pela família que não havia
353 declaração de óbito, foi onde acionou novamente a UPA Sabará e o médico que fez o
354 atendimento já não estava mais na unidade, então solicitou para outro médico fazer a
355 declaração de óbito mesmo ele não tendo assistido paciente, justamente devido ao
356 sofrimento da família, e aí, como o IML tinha colocado causa natural e não havia

357 outros exames, o médico colocou o óbito como causa indeterminada, infelizmente
358 vários óbitos ocorrem desta forma e depois o núcleo de mortalidade faz a
359 investigação se o paciente tinha algum fator de risco. Cleiton prossegue e diz que o
360 caso está sendo estudado para ver se ocorreu alguma negligência ou fragilidade na
361 assistência realizada pela UPA Sabará e Centro Oeste, mas esta análise ainda não
362 foi finalizada. Em relação a questão do serviço de verificação de óbito, o município em
363 2019 pleiteou novamente ao estado a criação de um serviço desta natureza em
364 Londrina, o qual serviria justamente na verificação destes óbitos não traumáticos e
365 que precisam de esclarecimento por não ter um fator diagnóstico definido, mas hoje o
366 que Londrina tem é um fluxo de óbitos por causa naturais e de causas externas e
367 clínicas, que são vinculados junto a ACESF, SAMU, atenção básica e DVS. O
368 conselheiro Fernando Marcucci concordar com os encaminhamentos do Laurito e diz
369 que a solicitação ao HZS deve ser feita diretamente com o hospital para que eles
370 esclareçam o que houve no hospital, sabe da capacidade dos profissionais da
371 instituição, mas é um caso estranho de liberar um paciente com sintomas de dispneia
372 sem uma triagem adequada, no mínimo deveria ser transferido com o SAMU e com
373 as medidas básicas de sinais realizadas. A conselheira Lígia diz se tratar de uma
374 sucessão de falhas no atendimento e é muito complicado a situação da pandemia,
375 semana passada o HZN estava 100% covid e muitos atendimentos estavam indo para
376 o HZS e os médicos estavam comentando que o HZS não estava dando conta de
377 atender a todos, mas mesmo assim, diante dos sintomas no caso relatado, é muito
378 característico a necessidade de um atendimento de urgência, então é preciso
379 perguntar ao HZS porque o paciente foi liberado, quem avaliou este paciente, quem
380 liberou, já que ele 3 chances de estar vivo, a primeira foi a falha de primeiro
381 atendimento, se é uma urgência e emergência que é liberado de estar atendendo
382 nestes hospitais estatuais, como no HZN, mesmo sendo covid, quantas emergências
383 são atendidas, é feito eletro, o médico avalia e faz os primeiros cuidados, para só
384 depois ver a necessidade de encaminhar para uma UPA ou para um terciário. Lígia se
385 mostra preocupada com a nova administração que vai assumir o HZS e HZN, pois
386 muitas coisas não serão mais permitidas como o atendimento a livre demanda e
387 procurar espontânea, fora a situação da de que os profissionais vão ser contratados
388 por iniciativa, PSS não tem muita experiência. A promotora Susana de Lacerda
389 questiona porque não foi feito a coleta de exame Swab *pós morte*, já que poderia
390 esclarecer se ele estava ou não com covid, e ainda, uma intervenção mais efetiva
391 junto ao IML, pois causa estranheza para qualquer um o IML ter respondido como
392 morte natural, se a SMS encaminha a pessoa ao IML porque entende que há uma
393 necessidade de verificar motivo do óbito, deve diligenciar junto ao IML dizendo o que
394 busca verificar, fazendo inclusive um descritivo de quais eram os sintomas desta
395 pessoa que foi encaminhada para verificação de óbito, o Drº Koury questionou se
396 alguém fez uma necropsia, abriu o tórax deste rapaz, o que está pensando é que
397 fatalmente vai ter de fazer pedido para uma exumação, algo que é muito traumático
398 para a família, mas para poder fazer uma reconstituição do que aconteceu, qual foi a
399 falha e qual motivo do óbito, algo que poderia ter sido evitado se tivesse sido feito um
400 acompanhamento exato da verificação do óbito, enquanto não houver um serviço de
401 verificação de óbito, sabe das falhas que o IML, mas da mesma forma que é papel da
402 polícia civil quando a polícia quer averiguar o motivo do óbito, ela também precisa
403 estar próxima do IML e argumentar para que não se receba um laudo com a notícia
404 de morte natural, pois na medida que a pessoa foi procurar o serviço de saúde esta
405 morte obviamente não foi natural, agora todo este desdobramento vai gerar um
406 transtorno enorme. É preciso que se identifique quais foram as falhas, mais do que
407 buscar os responsáveis, para que elas não se repitam e assim evitar novos óbitos. O

408 conselheiro Lincoln Ramos diz que não é um caso da atenção básica, sendo preciso
409 investigar as causas dessas falhas para que não repitam, o primeiro lugar que precisa
410 ser verificado é o HZS, o que houve neste primeiro atendimento e porque não foi feito
411 o procedimento adequado e minimamente saber o que estava acontecendo com esta
412 pessoa. O conselheiro Luiz Koury diz que não entende como um legista pode olhar
413 um corpo e dizer que a morte foi por causa natural, pois pode ter sido envenenamento
414 e não há nenhuma marca, como ele pode saber que não foi envenenamento sem
415 fazer uma necropsia, e não está dizendo que é este o caso, apenas tem dificuldade
416 de entender esse tipo de laudo, talvez o profissional que assinou possa explicar como
417 chegou a esta conclusão sem necropsia. O CMS aprova proposta para
418 encaminhamento de ofício a todos os envolvidos solicitando esclarecimento e
419 cobrando providencias para resolver os problemas destacados. Seguindo os trabalhos
420 a palavra passa ao conselheiro Jurandir Rosa. Jurandir relata que a senhora Laisa
421 Gonçalves Bizan Constantino de 31 anos, no dia 13/08, as 12h30, foi se vacinar
422 contra covid no CIZN. Ela relata que na hora de tomar a vacina a enfermeira fez todos
423 os procedimento legais, mostrou para ela a vacina, e na hora de aplicar ela não
424 apertou a seringa para aplicar a vacina, mas aí ela viu que estava sendo filmada,
425 retirou a seringa, aplicou novamente e depois pediu desculpas dizendo que estava
426 cansada e estressada, ou seja, olha só que caso gravíssimo, mas tudo isso já foi
427 informado ao secretário de saúde e ao prefeito. A mãe dela tomou a vacina e está
428 com o braço paralisado, então a senhora Maria quer falar com o secretário para ver o
429 que aconteceu e o que está havendo no caso do braço, ela foi procurar uma UBS e
430 não foi atendida, então é muito grave o que está acontecendo na cidade e espera que
431 o secretário possa dar uma explicação para a família, pois eles estão indo ao MS e
432 vão tomar todas as providencias cabíveis, o secretario tem de resolver isso, pois um
433 assessor seu chamado Fernando mandou a família procurar a diretora do centro do
434 idoso, mas não é assim que as coisas funcionam, mas a senhora Maria se recusou e
435 quer falar com o secretário Felipe e o prazo é até hoje ou eles vão ao MP. A diretora
436 Rosilene Machado diz que irá verificar quem dá SMS fez contato com a paciente e
437 depois repassa ao conselho qual foi o procedimento da SMS. O conselheiro Lincoln
438 Ramos propõe que seja encaminhado ofício a todos os canais envolvidos neste caso
439 para que o CMS tenha resposta do que ocorreu com esta senhora. Dr^a Valéria
440 (DAPS) diz que agendou uma conversa com a paciente ontem as 15h00, mas ela
441 disse que não iria porque ela quer falar somente com o secretário Felipe, a intenção
442 era mostrar para ela como é todo o processo de trabalho para ela ver que as meninas
443 são filmadas todos os dias em todos os atendimentos, é muito raro o paciente que
444 não filma, e que infelizmente ela cometeu esta falha e errou por não ter percebido que
445 não tinha injetado o liquido da seringa, então gostaria de mostrar para ela todo o
446 processo e que não tem como guardar aquela dose para outra pessoa, pois eles
447 pegam um frasco por vez a quantidade de seringa por vez na sala de vacina, então
448 elas não ficam com um monte de seringa e de frasco para fazer em outra pessoa,
449 ninguém entra na sala de vacina sem ter passado por algumas pessoas na recepção,
450 então não tem como alguém entrar escondido na sala de vacinação, não tem como
451 levar para casa porque ela tem de prestar conta de todos os QR codes que ela
452 aplicou, logo, não tem como extraviar doses do local de aplicação da vacina. Valeria
453 diz ainda que não houve prejuízo a paciente, pois a dose dela foi aplicada, a reação
454 local a vacina é comum acontecer a algumas pessoas e com todas as vacinas, e
455 quando isso ocorre ela deve procurar avaliação para ser notificado, foi pedido para a
456 mãe comparecer para que o braço dela fosse avaliado e verificado se precisava de
457 intervenção médica, a própria filmagem mostra a vacinadora mostrando todos os
458 procedimentos, aí quando ela foi tirar ela já viu que não tinha feito e realizou

459 novamente a aplicação. Valeria diz que foi uma falha e todos são humanos e as vezes
460 sujeitos a algum erro, mas a SMS já fez quase 400 mil vacinas, mas são pessoas
461 fazendo e a SMS sempre está tentando evitar erros, todos os dias as salas e os
462 profissionais são preparados e instruídos diariamente para orientar e atender os
463 pacientes, pois como fazem muitas vacinas corre-se o risco de tudo ficar no
464 automático e ai os erros costumam ser maior, mas ela fez todo o procedimento
465 correto na aplicação e não houve prejuízo a paciente, da mesma forma entende toda
466 preocupação da paciente que é uma pessoa leiga quanto a isso. Lincoln questiona
467 sobre a questão da paciente com o braço paralisado. Dr^a Valeria diz que não pode
468 responder quanto a isso, pois não tem conhecimento de nenhum caso de paciente
469 com braço paralisado por conta de vacina, a orientação é sempre notifica se teve
470 reação adversa, os casos de reação mais grave são encaminhados para avaliação do
471 caso pela Dr^a Jaqueline. Lincoln questiona que o relato diz que a pessoa procurou a
472 UBS e ela foi dispensada. Dr^a Valeria diz que vai entrar em contato com a família para
473 ver o que aconteceu, como está a paciente e tomar os procedimentos adequados. O
474 presidente Laurito Porto Filho questiona se os laboratórios estão sendo notificados
475 destas reações adversas. Dr^a Valeria responde que todos os eventos adversos são
476 notificados no site de forma detalhada e aí depende de resposta da avaliação do MS
477 sobre o caso, casos mais simples a própria regional responde que pode liberar o
478 paciente para outra dose e casos mais graves vão para o MS. O conselheiro Edvaldo
479 Viana solicita cópia da documentação das atitudes tomadas pela SMS em relação a
480 servidora. Dr^a Valeria informa que a servidora foi notificada e já respondeu, mas como
481 não teve prejuízo a saúde da paciente o erro foi considerado leve. O conselheiro
482 Edvaldo Viana solicita novamente que seja encaminhado ao conselho essa
483 documentação. O presidente Laurito Porto Filho diz que o conselho irá fazer um
484 ofício pedindo esta documentação para a SMS com os esclarecimentos sobre o caso.
485 O CMS aprova a proposta. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta
486 “Resolução do CMS sobre a FUNEAS”. O conselheiro Lincoln Ramos diz que o
487 conselho já aprovou em reunião anterior que fosse enviado ofício ao CES
488 esclarecimentos e as entidades representantes dos servidores dos hospitais do
489 estado. O CES se manifestou contrário a FUNEAS e o CMS recebeu documentação
490 do SINSAUDE se posicionando contrário a FUNEAS passar a administrar o HZS e
491 HZN, além de outros hospitais no estado. Como o CES já se manifestou contrário,
492 causa estranheza que a própria FUNEAS há tenha se manifestado , inclusive com
493 prazo para assumir a gestão dos hospitais, e causa mais estranheza ainda que o
494 atendimento destes hospitais sofreram mudanças passando a atender apenas por
495 regulação ou urgência e emergência, logo, gostaria de saber se a gestão tem algum
496 conhecimento sobre isso, já que isso muda toda forma de gestão no município, e
497 ainda, o conselho precisa aprovar uma resolução contrária a isso, primeiro pela forma
498 que tudo está sendo feito e segundo porque há relatos de queda de qualidade e
499 outros problemas nos locais que a FUNEAS assumiu a gestão de hospitais. O
500 conselheiro Edvaldo Viana diz que o FUNEAS não parece estar ligando se a gestão
501 municipal ou conselho aprova ou não , eles deixaram bem claro que não devem
502 satisfação a conselhos municipais e sim ao CES, mas quando eles foram dar
503 satisfação ao CES este foi contra a FUNEAS assumir os hospitais de Londrina e de
504 mais 2 cidades do Paraná, mas já há informações que de a partir de 01 de outubro a
505 FUNEAS vai assumir estes hospitais, mesmo contra a vontade do CES. A conselheira
506 Ligia Mara diz que a Olga do Sindsaude participar do CES e informou que foram
507 pedidas algumas explicações a FUNEAS e eles não deram nenhuma explicação,
508 somente chamaram os diretores dos hospitais para uma conversa em Curitiba , o
509 pessoal do Cismepar já foi desligado e no momento vai haver um contrato temporário

510 para a enfermagem, médicos, as vezes vai gerar uma contenção de atendimento de
511 procura espontâneo, mas é tudo conversa de corredor, pois ninguém fala nada para o
512 servidor , então ninguém sabe ao certo o que vai acontecer, mas o receio é que
513 ocorra como em outros locais , com falta de material, o servidor obrigado a algumas
514 coisas, mas o medo maior é o prejuízo a população, logo, é preciso evitar esta
515 terceirização e quarteirização do SUS. O conselheiro Ângelo Barreiros diz que atua
516 no CES e ele foi contrário ao FUNEAS assumir 4 hospitais do estado. A FUNEAS foi
517 criada pelo governo do estado para terceirização da saúde, a qual recebe estes
518 hospitais e faz uma terceirização do atendimento, ou seja, uma quarteirização na
519 contratação de empresas para fazer serviço, mas a saúde é dever do estado e cabe
520 a ele fazer isso e para isto existe a secretaria de saúde, lembrando que houve uma
521 demanda para construção do hospital da zona oeste, onde foi doado o terreno para o
522 estado na gestão do Beto Richa e que foi oficializado agora com a entrada do Ratinho
523 a documentação do terreno para o estado, e que foi negado pelo estado, o estado
524 não quis receber a doação e porque não iria edificar um hospital em Londrina, pois
525 segundo eles iriam investir no atendimento do HZS e HZN, dando uma melhor
526 estrutura para atender população, não necessitando assim abrir mais um hospital,
527 então estranha agora o estado terceirizar os hospitais para a FUNEAS, que por sinal
528 tem muitos problemas em sua gestão. O conselheiro Edvaldo Viana diz que
529 provavelmente o Reilly e o Junior já podem ser chamados de ex-diretores dos
530 hospitais zona norte e zona sul, pois provavelmente a FUNEAS vai colocar gente dela
531 na direção. O conselheiro Lincoln Ramos diz que até entende que a FUNEAS não
532 queira dar satisfação para o CMS de Londrina, embora não concorde com isso, mas
533 daí dizer que não quer dar satisfação a gestão do município de Londrina já é algo
534 bem mais preocupante, pois a gestão de Londrina é parceira do HZS e HZN, logo,
535 fazer mudanças sem se quer dialogar com a gestão municipal é um absurdo, todas as
536 ações que envolvem Londrina e o estado são pactuadas nas comissões intergestoras
537 bipartite, então como o estado vai lá e toma uma atitude dessa sem conversar com o
538 município. O presidente Laurito Porto Filho diz que não há justificativa para o estado
539 pagar um terceiro para fazer o serviço, provavelmente pagar a mais, logo, porque não
540 usa este valor para investir no serviço. Outro fato preocupante e de não quer
541 conversar com conselhos e a gestão, pois vai mudar os atendimentos na cidade. O
542 CMS aprova resolução contrária a FUNEAS assumir a administração do HZS e HZN.
543 A conselheira Rosilene Machado se absteve do voto porque precisa conversar com o
544 secretário Felipe Machado para se inteirar da situação e ver qual é a posição da
545 SMS. As conselheiras Ana Paula Cantelmo, Joelma Carvalho se abstiveram do voto.
546 O conselheiro Luiz Koury se absteve do voto e diz que não tem dados para emitir uma
547 opinião final, no período que foi diretor do HZN, o único hospital estadual gerido pela
548 FUNEAS era o Hospital do Trabalhador de Curitiba, sendo que pelo se sabia ele era
549 modelo de administração no estado. Koury diz que já debateu muito com o Laurito a
550 questão da gestão estatal x iniciativa privada, e, embora respeita a opinião do Laurito,
551 tem uma ideia divergente a do presidente do CMS. Foi mencionado pela Ligia os
552 casos de roubo e corrupção, mas não acha que isso é inerente ao sistema, isso é
553 inerente ao caráter das pessoas, não tem nada a ver com o sistema em si. Koury diz
554 que pertence a categoria dos hospitais prestadores filantrópicos que é a segunda
555 opção constitucional para atendimento à saúde após o serviço público, sendo que no
556 Paraná os filantrópicos atendem a 50% da demanda SUS e 70% quando é alta
557 complexidade, e ninguém está vendo denúncias de roubo e corrupção , pelo contrário,
558 os hospitais estão fazendo das tripas coração para sobreviver, pois são mal
559 remunerados e isso explica em parte porque o estado quer transferir isso para a
560 iniciativa privada para gastar menos, isso é óbvio, mas isso não quer dizer queda de

561 qualidade, pois os custos podem ser racionalizados. A conselheira Rita Domansky se
562 abstém do voto, mas salvo engano a administração do Hospital do Trabalhador era do
563 FUNPAR e não da FUNEAS. A conselheira Ligia Mara diz que é contrária a FUNEAS
564 e diz que quando se abre espaço para terceirização e quarteirização o acesso a
565 corrupção é sim facilitado, mas vamos observar tudo para depois ver como fica a
566 saúde de Londrina. A conselheira Juvira Cordeiro diz que se abstém de o voto pelo
567 assunto não ter sido debatido e deliberado dentro de sua entidade, sendo então que
568 não conhece todos os tramites e variáveis que este novo contrato pode afetar ao
569 usuário. O presidente Laurito Porto Filho diz que seu voto é favorável, diante da
570 posição arbitrária da Funeas de não apresentar este contrato e não querer o dialogo
571 com a gestão municipal e o conselho. O conselheiro Lincoln Ramos solicita que a
572 resolução seja encaminhada para a FUNEAS, gestão municipal e estadual, CES e
573 MP. O CMS aprova a proposta. Seguindo os trabalhos passa-se a pauta
574 "Recomposição das Comissões do CMS". O presidente Laurito Porto Filho apresenta
575 todas as comissões com membros em falta e pede indicações de cada segmento. O
576 conselheiro Lincoln Ramos pede que essa solicitação seja encaminhada por escrito
577 no grupo de WhatsApp de cada segmento. Lincoln pede ainda que a executiva
578 convoque uma comissão da comissão de saúde mental para que a mesma defina seu
579 presidente e posso voltar a seu funcionamento normal. O presidente Laurito Porto
580 Filho diz que a comissão de saúde mental já definiu seu coordenador e já tem reunião
581 marcada para o dia 02/09. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta
582 "Apresentação De Recursos Destinados a Residência Médica". A diretora Sandra
583 Regina esclarece que em uma reunião da comissão de finanças, o conselheiro
584 Lincoln apresentou uma copia de uma portaria falando sobre os recursos acerca de
585 residência médica. Sandra diz que então fez uma pesquisa e no site do fundo
586 nacional de saúde não aparecia este recurso e nem a portaria em questão. Fez então
587 uma pesquisa mais detalhada e no site do E-gestor, no financiamento da atenção
588 básica, foi possível identificar o recurso que na verdade nunca foi de 54 mil reais,
589 trata-se apenas do teto para se ter 12 médicos como residentes, mas como a SMS
590 nunca teve 12 médicos pode verificar que o recurso começou a ingressar em
591 setembro relativo a competência de agosto/2020, o primeiro valor foi de R\$ 22,500
592 correspondente a 5 médicos, no mês de outubro de R\$ 31.500 correspondente a 7
593 médicos, nos meses de novembro e dezembro de R\$ 27.000 correspondente a 6
594 médicos e de janeiro até o momento de R\$ 22,500 correspondendo a 5 médicos,
595 então até o momento são de R\$ 252.000 que ingressaram no financiamento da
596 atenção primária e ele está dentro das ações estratégicas. A promotora Suzana
597 Lacerda diz que solicitou estas informações por escrito, mas parece não fazer sentido,
598 se havia a possibilidade de 12 bolsas e os próprios residentes da saúde da família
599 procuraram o MP dizendo que não permaneciam no programa pela falta de bolsa,
600 porque estas não foram oferecidas em sua integralidade, a leitura da portaria diz que
601 é para custeio de bolsas, não somente de médicos como de odontólogos como da
602 equipe, mas é sim para pagamento de bolsas, exatamente para atrair os profissionais
603 para que permaneçam nesta atividade, então não consegue ver outro destino para
604 este recurso. O conselheiro Lincoln Ramos questiona se o valor ainda está nos cofres
605 da gestão e ainda não foi usado. O presidente Laurito Porto Filho questiona se este
606 valor já foi parcialmente utilizado e se foi para as bolas ou não. Sandra Regina (SMS)
607 responde que só pode falar pela questão financeira, o que identificou no site do
608 Egestor foi feito para o número de médicos anteriormente citado, a referida planilha
609 será anexada a resposta ao MP. O recurso ingressou na conta do FMS e compõe o
610 saldo da fonte 495 da atenção básica, o financeiro executa a despesa quando
611 provocado, então quando chega a solicitação de empenho ela já chega com a

612 destinação, mas nunca chegou despesa para que fosse utilizado este recurso,
613 primeiramente procurou a portaria mencionada no site do FNS lá no detalhamento de
614 pagamentos, mas nenhuma das portarias foi mencionada, foi mencionada outra
615 portaria que não tem nada a ver com este assunto, ele não fala qual é a ação, e daí
616 quando identificou no e-gestor dentro de ações estratégicas, pois nas portarias
617 menciona quais recursos orçamentários do MS vão custear tal despesa: *Os recursos*
618 *orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério*
619 *da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de*
620 *Atenção Primária à Saúde, no Plano Orçamentário PO - 000A - Incentivo para Ações*
621 *Estratégicas*. Então foi procurar dentro de ações estratégicas se o recurso tinha
622 ingressado, o que pode identificar é que ele ingressou, mas não no valor total da
623 portaria. Sandra esclarece que o dinheiro está na conta e não foi utilizado para
624 nenhuma outra despesa. No tocante ao questionamento porque a SMS tem apenas 5
625 ou 6 médicos, isso não é de competência da diretoria financeira responder. A diretora
626 Rosilene Machado explica que primeira turma da residência médica é de 2017, então
627 ela já acontece antes desta portaria do MS destinar este incentivo, o ocorre é que
628 aqui há um curso de residência de medicina em saúde da família ofertado pela MAS,
629 onde os professores são os médicos da rede de atenção básica, sendo a
630 coordenadora a Dr^a Beatriz Zampar e a Dr^a Sônia Orquiza, responsáveis por toda a
631 formatação do programa e seu cronograma. Ocorre que os formados em medicina
632 que querem ser médicos de família e comunidade se inscrevem num edital anual que
633 a AMS disponibiliza sempre no fim do ano e oferta 6 vagas, pois tem uma
634 regulamentação para funcionamento da residência, então foram selecionadas três
635 unidades de saúde que eles se fixam, porém eles permeiam por todo o serviço da
636 SMS, eles tem um cronograma, um aporte de conhecimento, e eles recebem uma
637 bolsa do ministério da saúde, mas tem um reivindicação antiga de que esta bolsa o
638 valor é pouco para a pessoa que está trabalhando, então como isso desencadeou
639 uma discussão puxada pelos residentes visando um Plus de bolsa para os residentes
640, então a SMS começou a delinear um projeto de lei para complementação deste
641 recurso financeiro, coincidentemente saiu este recurso financeiro para os municípios
642 para custeio das ações, então não é custeio de bolsa já que não está escrito isso na
643 portaria, teoricamente para o município utilizar da melhor forma possível, logo, por
644 decisão do município esta lei está tramitando na CML, a qual inclusive passou por
645 análise do CMS no mês passado, então este recurso a princípio será usado para esta
646 suplementação. O presidente Laurito Porto De Lira Filho solicita que todos os
647 esclarecimentos da SMS ao MP sobre esta questão sejam encaminhados por escrito
648 para o CMS. O conselheiro Lincoln Ramos e Silva sugere que a portaria seja
649 encaminhada para todos os conselheiros. Lincoln diz ainda que várias questões
650 ficaram confusas, primeiro porque a portaria diz claramente que é para utilizar o
651 recurso em bolsas, inclusive que Londrina tem direito a 12 bolsas para médicos e
652 mais 8 para ESF, então não entendeu porque Londrina tem este dinheiro em caixa a
653 tanto tempo e não está utilizando, sendo que o fato de estar criando uma lei não
654 impede o pagamento, já que a portaria não coloca nenhuma restrição quanto a isso,
655 então são muitas coisas que precisam ser esclarecidas. Lincoln relata que conversou
656 com um residente que afirmou que não estava recebendo esta bolsa e que colegas
657 seu desistiram de fazer a residência em Londrina e foram para outros municípios
658 porque nestes locais as bolsas estavam sendo pagas. A diretora Rosilene Machado
659 esclarece que diz que está se fazendo uma confusão nesta questão, a portaria na
660 verdade tem uma referência, não se trata de mais 8 vagas, na verdade Londrina pode
661 ter no máximo 12 vagas para o curso medicina saúde e comunidade. A conselheira
662 Rita Domansky diz que o que a Rosilene estava tentando falar é que as pessoas

663 entendem 12 vagas como 12 residentes que entram no mesmo ano, mas são 6 no
664 primeiro ano e depois eles vão para o segundo, então as 12 vagas contemplam os 2
665 anos de residência. Outra questão é que esta semana saiu uma resolução nova do
666 CNRM quanto a bolsas, então é importante que diante destas respostas e dos
667 questionamentos da Comissão de Educação Permanente formalizou para a gestão
668 responder, que seja levado em consideração isso, pois tem um quesito novo
669 relacionado a pagamento, então seria importante consultar se esta nova resolução se
670 aplica a residência de medicina da família. . O presidente Laurito Porto De Lira Filho
671 solicita a conselheira Rita que encaminhe ao conselho a resolução citada. O
672 presidente Laurito Porto De Lira Filho solicita que todos os esclarecimentos que a
673 SMS tiver sobre o assunto sejam encaminhados por meio de ofício ao CMS, assim
674 que a resposta ao MP e que o assunto seja pautado novamente na próxima reunião.
675 O CMS aprova a proposta. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta
676 “Cronograma de Licitação de Obras Em Saúde”. A diretora Evilin Gorcks apresenta o
677 cronograma e se coloca a disposição para esclarecimentos: *EM ANDAMENTO:*
678 *Maternidade Municipal Reforma e Ampliação, Sede SAMU Regional e Complexo*
679 *Regulador Construção, Unidade de Pronto Atendimento Jd. Leonor Reforma, EM*
680 *FASE DE PROCESSO LICITATÓRIO UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VALOR*
681 *ORÇADO PRAZO DE EXECUÇÃO: Lerroville R\$ 320.087,20 - 5 meses, Vila Brasil R\$*
682 *161.811,66 - 4 meses, Vivi Xavier R\$ 308.337,86 -3 meses. EM FASE INTERNA*
683 *PARA LICITAÇÃO: UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE VALOR ORÇADO PRAZO DE*
684 *EXECUÇÃO: Fraternidade R\$ 914.733,82 -6 meses. PRÓXIMAS UBSs: Aquiles -*
685 *Reforma, Armindo Guazzi -Reforma, Bandeirantes – Reforma, Cafezal – Reforma,*
686 *Chefe Newton -Reforma, Guaravera -Reforma, Irerê - Reforma e Ampliação, Lindóia -*
687 *Reforma, Ouro Branco – Reforma, Padovani – Reforma, Parigot -Reforma, Vila*
688 *Ricardo – Reforma. O conselheiro Lincoln Ramos e Silva solicita que a gestão dê*
689 *prioridades as obras já iniciadas e que precisaram ser interrompidas por diversos*
690 *motivos, pois toda obra envolve o deslocamento do pessoal para outro local, o qual*
691 *muitas vezes não é o mais adequado, sendo que com essas interrupções estas*
692 *mudanças estão demorando tempo demais. A diretora Evilin Gorcks responde que a*
693 *gestão está dando prioridade, mas para retomar a obra é preciso um novo*
694 *levantamento da SMO sobre o que foi e o que não foi executado para inserção em*
695 *nova planilha orçamentária, então Lerroville, Vila Brasil e Vivi Xavier já foram*
696 *priorizadas e encaminhadas para licitação, já foi aberta a licitação e a documentação*
697 *das empresas já estão sendo analisadas, então toda gestão municipal está*
698 *empenhada para agilizar a retomada destas obras, a Fraternidade só não esta neste*
699 *bloco porque ainda se aguarda a autorização da SESA devido a ter um recurso do*
700 *estado, mas a gestão também está cobrando isso. João Victor questiona porque as*
701 *explicações seus questionamentos sobre o Leonor feitos na ata 324 não foram*
702 *incluídos no relatório de obras apresentado. O presidente Laurito Porto De Lira Filho*
703 *questiona qual a previsão de conclusão das obras em andamento. A diretora Evilin*
704 *Gorcks responde que o prazo contratual das obras da Maternidade e SAMU é*
705 *setembro, mas estas obras não vão terminar no próximo mês, então os fiscais da*
706 *SMO estão avaliando qual prazo será necessário para solicitar o aditivo de prazo. O*
707 *Leonor já teve o recebimento provisório, algumas adequações foram solicitadas e a*
708 *empresa está finalizando estas adequações, paralelamente a SMS está realizando a*
709 *instalação de moveis e equipamentos para retomada de atendimento na unidade.*
710 *João Victor faz a leitura da linha 607 da ata 324 RO CMS: O conselheiro João Victor*
711 *questiona sobre problemas de falta de 608 equipamentos e de pessoal nas UPA’s do*
712 *Sabará e Centro-Oeste, por exemplo, falta 609 de esfigmomanômetro, inclusive a*
713 *Juvira Cordeiro que é presidente do Consoeste 610 estava sendo atendida e*

714 *percebeu claramente esses problemas e pediu para que 611 essa demanda fosse*
715 *trazida ao conselho, não obstante, ainda tem ocorrido problemas 612 em UBS's como*
716 *a do Tóquio. O conselheiro João Victor questiona que há três conferências o Leonor*
717 *está para ganhar um equipamento de raio-x, então gostaria de saber porque isso não*
718 *foi implantado. João Victor finaliza dizendo que precisa de uma resposta da SMS*
719 *quanto aos seus questionamentos para que possa repassar para a comunidade. João*
720 *Victor diz que devido ao tempo já avançado, gostaria que a Evilin revisasse a ata 324*
721 *e faça as explicações aos questionamentos nela contidos na próxima reunião. A*
722 *diretora Rosilene Machado se desculpa pela falha e diz que irá providenciar resposta*
723 *aos questionamentos citados. Cleiton Santana informa que os aparelhos de pressão*
724 *já foram repostos e no tocante ao aparelho de RX, foi solicitado recurso federal, mas*
725 *ainda não houve retorno. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta*
726 *"Informes". O conselheiro Lincoln Ramos e Silva informa que no dia 18 foi feito um ato*
727 *no calçadão contra a PEC 32. O conselheiro Jurandir Rosa Pinto parabeniza a*
728 *entidade Foco Londrina presidida pelo senhor Celso Melquiades, combatente dos*
729 *focos de incêndios, pois agosto sem chamas que está alcançando várias cidades. O*
730 *presidente Laurito Porto De Lira Filho informa que o Consoeste pediu a substituição*
731 *do conselheiro titular e agora passará a senhora Adriana Fernanda Mesquita*
732 *Sanches, a qual já participou desta reunião e pode se apresentar se assim desejar.*
733 *João Victor pede a palavra e diz que precisa falar porque é o conselheiro. João Victor*
734 *diz que está estranhando e essa informação foi um baque, é até motivo de guardar*
735 *silêncio um pouco, mas vai tentar entender o que está acontecendo. Na semana*
736 *passada, no grupo de usuários, fez uma manifestação, inclusive tem algo estranho no*
737 *CMS e vai impugnar esta substituição, pois estava fazendo um comentário no grupo*
738 *aí o Jurandir lhe respondeu que não fazia mais parte do CMS. João Victor prossegue*
739 *e diz que está falando de respeito e que está impactado com esta situação. O*
740 *Jurandir no dia 14, ou seja, 5 dias atrás, sabia de um comunicado que está sendo*
741 *feito agora no Consoeste, tem algo errado nisso, e aí se conhece um pouco de*
742 *legislação, e a Dr^a Susana está aí acompanhando e a vice presidente do CMS é*
743 *advogada, tem a impressão de que está tendo algum problema, então precisa saber*
744 *deste ofício, pois teria de ter sido notificado, o regimento interno do CMS atual diz*
745 *que os representantes de entidade e as entidades representadas no CMS serão*
746 *substituídos caso apresentem faltas, então tem de ter motivo pela representação, e os*
747 *representantes que perderem a vaga ou suas instituições não podem reeleger dentro*
748 *do período, então é preciso para esta substituição imediatamente, como sabia que*
749 *isso poderia acontecer mais cedo ou mais tarde, deveria ter sido notificado. O*
750 *presidente Laurito Porto De Lira Filho diz que como o conselho recebe os documentos*
751 *como foi feito as orientações para vista do regimento, a executiva está comunicando*
752 *que chegou este ofício. João Victor diz que o problema é que o presidente está dando*
753 *as boas vindas a uma nova representante, mas não tem nova representante, pois*
754 *está impugnando. O presidente Laurito Porto De Lira Filho explica que como chegou*
755 *um ofício da entidade, o CMS precisa acatar. João Victor diz que ofício errado não se*
756 *acata. O presidente Laurito Porto De Lira Filho solicita ao senhor João Victor que*
757 *faça seus questionamentos por escrito para que a executiva possa fazer todas as*
758 *tratativas, inclusive ao Consoeste. João Victor diz que está comunicação não pode*
759 *ser feita, ela fere as resoluções, se o conselho acatar este ofício ele vai ter problema,*
760 *pois ela está ferindo a legislação do país, então para que legislação. O conselheiro*
761 *Lincoln Ramos diz que regimentalmente o conselho é obrigado a dar o recebimento.*
762 *João Victor diz que seu questionamento é porque o presidente já informou a*
763 *substituição, não está preocupado com o recebimento do documento. Lincoln diz que*
764 *como houve questionamento sobre o recebimento do ofício, gostaria de sugerir que*

765 isso fosse encaminhado para a Comissão de Ética para análise se há algum
766 impedimento legal ou se isso fere algum princípio legal do CMS, devendo a comissão
767 emitir parecer sobre a questão e orientar o conselho como proceder nesta questão.
768 João Victor diz que vai ter de pedir para se afastar da comissão de ética, pois é parte
769 dela, a resolução 453, em sua diretriz 3ª, IV, diz que as entidades e instituições eleitas
770 no conselho terão seus conselheiros indicados por escrito conforme processos
771 estabelecidos, ou seja, os processos não estão estabelecidos, pois não recebeu nada
772 e está envergonhado com esta comunicação e isso está lhe incomodando
773 profundamente, principalmente num momento de doença, já que está com a sua
774 família inteira reclusa por estar com covid, saiu de um quadro grave na terça feira ,
775 está se recuperando e este fato o abalou, está sendo desrespeitado na frente de
776 todos, isto é um agravo na presença de muita gente, então isso vai ter de ser
777 reparado, se o conselho acatar este ofício e a Adriana falar hoje o conselho e a
778 executiva vão ter de responder por isso, hoje mesmo elogiou a executiva e vai ter de
779 processa-la, a resolução 453 e o regimento atual tem de ser respeitado, o que houve
780 talvez foi o equívoco na interpretação da lei 4911/91, pois antes poderia ser
781 substituído a qualquer tempo, mas isso foi revogado pelo prefeito Belinati em 1991,
782 mudou o artigo 4º e ele fala das eleições das entidades representantes, então houve
783 um equívoco e isso até pode aceitar, no entanto, dar uma notícia dessa que
784 envergonha um conselheiro e que foi colocado no grupo de WhatsApp 5 dias antes, e
785 não está falando do Jurandir, mas sim quem é que foi que disse isso para ele, ele é
786 da comissão de ética e deveria ter repreendido esta informação na mesma hora e
787 perguntado para a pessoa se o João Victor já sabia, sendo que está sabendo
788 somente agora neste momento, em 50 anos de vida nunca foi questionado deste jeito
789 e está envergonhado, pois luta pela justiça, pela transparência do CMS e não foi nem
790 notificado, então como substitui um conselheiro desta forma, qual é a sua falta,
791 porque vai ser impedido de participar da próxima conferência se quiser participar, pois
792 seu interesse é ajudar os usuários. O presidente Laurito Porto De Lira Filho diz que
793 entende a exasperação, o momento talvez não tenha sido o mais oportuno, o
794 conselheiro não deveria ter ficado sabendo de sua saída pelo CMS, isso é uma
795 questão interna do Consoeste que deveria ter sido feita pela sua própria entidade.
796 João Victor diz que é um representante de uma entidade e diz que ela pode sim
797 substituir, mas de acordo com o devido processo legal, não pode ser apenas pela
798 vontade da presidente. O presidente Laurito Porto De Lira Filho explica que as
799 comunicações, informes e trâmites é uma questão interna do Consoeste, o CMS
800 apenas recebe o ofício de substituição e faz a comunicação. A conselheira Joelma
801 Carvalho diz que o João Victor tem todo o direito de fazer suas colocações, inclusive
802 lembra de sua luta para conseguir a vaga da entidade na conferência, mas a vaga no
803 conselho é da entidade e a qualquer momento ela pode fazer a substituição de seu
804 representante, isso é legal. João Victor diz que não pode mais, pois isso foi revogado.
805 Joelma questiona onde consta esta revogação, pois não tem conhecimento disso,
806 pois a vaga é da entidade e ela pode substituir qualquer conselheiro, essa troca e
807 comunicação ao conselheiro substituído deve ser feito lá dentro da própria entidade,
808 então o João Victor deve chamar uma reunião e resolver isso lá dentro do Consoeste,
809 o CMS não tem nada a ver com isso, pois o conselho fez apenas a leitura de um
810 ofício que recebeu da entidade, pois cabe a ela fazer a substituição, então ele deve
811 resolver o problema com a sal entidade. O conselheiro João Batista questiona se o
812 conselheiro sabe porque a entidade pediu sua substituição. João Victor diz que pediu
813 uma reunião tem um encaminhamento que impede sua substituição, o que está
814 acontecendo são arbitrariedades e desrespeito à lei, claro que não é o dono da vaga,
815 a entidade pode pedir, mas a presidência isolada não, a entidade não pediu sua

816 substituição, onde esta a reunião com a ata, a presidente deve mandar uma carta
817 conforme ata nº tal e pedir a substituição em nome da entidade, então tudo que pede
818 é a obediência ao devido processo legal. O conselheiro João Batista diz que o que
819 pode ser acatado é a informação do recebimento do documento e que isso seja
820 suspenso enquanto tudo é esclarecido. João Victor diz que deveria ter sido
821 comunicado. O presidente Laurito Porto De Lira Filho diz que informou que o
822 Consoeste encaminhou um ofício indicando a Adriana, comunicou que ela estava
823 presente e perguntou se ela queria falar, foi apenas um informe, mesmo porque pelo
824 regimento tem uma questão documental que tem de ser respeitada, também tem a
825 nomeação do próprio secretário , então foi um informe. Laurito pede que o senhor
826 João Victor encaminhe seus questionamentos ao conselho e também ao Consoeste,
827 pois a questão da troca é algo da própria entidade. João Victor diz que o que não quer
828 é injustiça e que um simplesmente não faça apenas um informe sem ata e nem nada,
829 pois o presidente também não é dono e apenas um representante da instituição,
830 então está se colocando à disposição para uma reunião com ata e eleição, se o
831 conselho assim entender estará submisso, então pede que se suspenda a
832 substituição até que isso seja resolvido. O conselheiro Lincoln Ramos e Silva pede
833 que se suspenda a substituição, que o assunto seja remetido à comissão de ética e
834 depois trazer um parecer. Laurito propõe que o senhor João Victor encaminhe seus
835 questionamentos por escrito ao conselho e também ao Consoeste, pois a questão da
836 troca é algo da própria entidade. O CMS aprova o encaminhamento.

Titular	Carlos Felipe Marcondes Machado	Justificou
Suplente	Rosilene Machado	
	Maria Lúcia da Silva Lopes	Justificou
Suplente	Joelma Aparecida de Carvalho	
Titular	Marco Antônio Modesto	
Suplente	Mário Sérgio Gazolli	
Titular	Lincoln Ramos e Silva	
Suplente	Luís Alfredo Gonçalves	Ausente
Titular	Ligia Mara da Silva do Amaral	
Suplente	Sandra Maria da Silva Matos	Ausente
Titular	Joice Mara Cruciol e Souza	Justificou
Suplente	Ester Massae Okamoto Dalla Costa	
Titular	João Batista Martins	
Suplente	Nadya Christina Silveira Pellizari	Justificou
Titular	Fernando César Marcucci	
Suplente	Flávia Gonçalves	Justificou

Titular	Alexsandra A Jesus Moreira	Ausente
Suplente	Ana Paula Gracindo	Ausente
Titular	Edmilson Garcia	
Suplente	Manoela Germinari Pessoa	Justificou
Titular	Lincoln Vieira Magalhães	Justificou
Suplente	Luiz Soares Koury	
Titular	Fahd Haddad	Justificou
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	
Titular	Rita Domansky	
Suplente	Vivian Biazon El Reda Feijó	justificou
Titular	Reilly Aranda Lopes	Ausente
Suplente	Geraldo Júnior Guilherme	Ausente
Titular	Edvaldo Vianna	
Suplente	Amélia do Nascimento Magrinelli	Ausente
Titular	Maria Ap ^a Silva Montes	Ausente
Suplente	Livaldo Bento	Ausente
Titular	Vaine Teresinha P Marques	
Suplente	Teresa Moreschi	Justificou
Titular	Adriana Fernandes M. Sanches	
Suplente	Maria Inês Bento Gimenes	Ausente
Titular	Sem indicação	
Suplente	Ailton de Souza	Ausente
Titular	Wagner Aguiar de Almeida	
Suplente	sem indicação	
Titular	Faustino Aparecido de Abreu	Justificou
Suplente	Alcides Antônio Oliveira	
Titular	Neide Aparecida Gonçalves	
Suplente	João Maria Cabral	Ausente
Titular	Eunice Tiekô Myamoto	

Suplente	Edvaldo Zanutto	Ausente
Titular	Laurito Porto de Lira Filho	
Suplente	Regina Ferreira de Souza	Ausente
Titular	Jurandir Pinto Rosa	
Suplente	Jair Rodrigues Pereira	Ausente
Titular	Ângelo Barreiros	
Suplente	Monica Ap ^a Cardoso	Ausente
Titular	Juvira Barbosa Cordeiro	
Suplente	Maria José Barbosa	
Titular	Sem indicação	
Suplente	Alexandre Montezin	Ausente

837